



SIMULADO III

2ª FASE

XXXIII

Exame da OAB

DIREITO PENAL

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXIII Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXXIII Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Cristiano Rodrigues

Joel, divorciado, servente de pedreiro, nascido em 10/03/1988, foi denunciado em 01/08/2008 como incurso nos crimes de estupro e atentado violento ao pudor contra Tereza, sua ex-mulher, pois na mesma circunstância a constrangeu, mediante grave ameaça, a ter relação sexual com ele quando, de acordo com a denúncia, também praticou coito anal. Recebida a denúncia pelo juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de Oeiras/PI, determinou-se a citação do acusado. Por intermédio de defensor constituído, apresentou resposta à acusação, arrolando testemunhas e juntando documentos. Realizada a audiência de instrução, debates e julgamentos, foi ouvida a única testemunha arrolada pela acusação, Amanda, a filha do casal, na época dos fatos com 18 anos, que afirmou ter presenciado seu pai praticando os atos sexuais contra sua mãe e que ouviu ela pedindo socorro e implorando para o ex-marido parar com os abusos. Já as testemunhas da defesa nada afirmaram sobre os fatos, destacando apenas a honestidade de Joel e que ele seria incapaz de praticar o ato. Ao final do processo, o d. juízo, em sentença publicada no dia 06/06/2009, com base exclusivamente no depoimento prestado por Amanda, condenou Joel à pena de 12 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos delitos dos arts. 213 e 214 c/c art. 70, todos do Código Penal (estupro e atentado violento ao pudor, em concurso formal). A pena-base foi fixada acima do mínimo legal com fundamento na gravidade dos fatos e na intensidade do dolo do autor. Não houve incidência de nenhuma agravante e atenuante na 2ª fase de dosimetria da pena. Inconformada com a sentença, a defesa de Joel interpôs apelação que ao final foi julgada improcedente. Por esta razão, a defesa interpôs recurso especial que, apesar de conhecido, também foi julgado improcedente, tendo ocorrido o trânsito em julgado para as partes em 23/02/2015. Ocorre que, após a morte da ex-esposa, sua filha arrependida da mentira, por meio do pedido de justificação (art. 381, § 5º do CPC 2015), testemunhou em juízo declarando que tudo não havia passado de um ardil de sua mãe que lhe obrigou, sob a ameaça de contar para as pessoas a relação homoafetiva que mantinha escondida, a testemunhar falsamente sobre o caso, como forma de se “livrar” do ex-cônjuge e vigiar-se pela traição descoberta há pouco tempo atrás.

Diante do caso narrado e considerando que o réu era primário com bons antecedentes e que ainda não há execução da pena, na qualidade de advogado(a) de Joel, redija a peça processual cabível, diversa de habeas corpus, pertinente à defesa de seu cliente. Em seu texto, não crie fatos novos, inclua fundamentação legal e jurídica e desenvolva as teses defensivas.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	

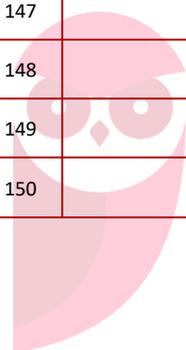
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	

72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	

103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	

134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



Estratégia
OAB

QUESTÃO 1

Jorge, primário, bons antecedentes, foi preso em flagrante no dia 25/05/2018, após praticar o delito de roubo circunstanciado pelo uso de arma de fogo, ao subtrair R\$ 1.000,00 de Zeca. Ao final foi condenado à pena de 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime semiaberto. A sentença transitou em julgado dia 06/06/2019. Iniciou o cumprimento da pena privativa de liberdade em 01/08/2019. Durante o cumprimento da pena, foi punido por falta disciplinar de natureza grave datada de 05/06/2020. Em 05/09/2021 a sua defesa, diante do preenchimento de todos os requisitos, pleiteou a concessão do livramento condicional o qual foi indeferido pelo juízo da execução, além da falta grave interromper o prazo para a concessão do livramento condicional, como o delito é hediondo, o prazo de cumprimento da pena é de 2/3. A defesa foi intimada da decisão em 12/10/2021 (terça-feira). Considerando apenas os dados narrados no enunciado, responda:

A) Qual a medida judicial poderá ser adotada pelo(a) advogado (a) de Jorge, nesta fase processual? Qual o último dia do prazo para sua apresentação? Fundamente e justifique sua resposta. (Valor: 0,60)

B) Qual(is) a(s) tese(s) jurídica(s) poderia(m) ser apresentada(s) em favor de Jorge? Fundamente e justifique sua resposta. (Valor: 0,65)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 2

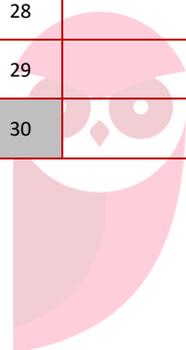
Fred, morador do Rio de Janeiro, começou a namorar Vanessa, uma jovem moradora da cidade de São Paulo. Com o passar do tempo e os efeitos da distância, Fred, motivado por ciúmes, resolveu tirar a vida de Vanessa. Pôs-se então a planejar a prática do crime em sua casa, no Rio de Janeiro, tendo adquirido uma faca e um substância que causava a perda dos sentidos. No dia em que seguiu para São Paulo para encontrar Vanessa, que lhe o esperava na rodoviária, Fred combinou com a jovem uma viagem a passeio para o Espírito Santo. Ao ingressarem no ônibus que os levaria de São Paulo para o Espírito Santo, Fred afirmou para Vanessa que iria matá-la. Todavia, dada a calma de Fred, a jovem achou que se tratava de uma brincadeira. Durante o trajeto, Fred, ofereceu a ela uma bebida que continha a substância. Após Vanessa beber e dormir enquanto passavam por Vargem Grande/MG, Fred, pretendendo matar namorada, desferiu um golpe com a faca que atingiu sua coxa. Quando iria desferir o 2º golpe, Fred percebe a aproximação de vários passageiros e se evade do local pela janela do ônibus, deixando Vanessa apenas com o ferimento na perna que, embora tenha sido socorrida e encaminhada ao Hospital de Vargem Grande, veio a óbito após 10 dias de internação em decorrência de ter contraído infecção hospitalar devido a grande profundidade do ferimento. Por estes fatos, foi denunciado pelo delito previsto no artigo 129, § 3º, do CP (lesão corporal seguida de morte). O processo tramita na Comarca do Rio de Janeiro. Considerando apenas os dados narrados no enunciado, responda:

A) Correta a tipificação apresentada pela acusação quanto aos fatos narrados no enunciado? Fundamente e Justifique sua resposta.

B) O juízo da Comarca do Rio de Janeiro é competente para processar a apurar o delito em tela? Fundamente e Justifique sua resposta.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	

15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia
OAB

QUESTÃO 3

Paulo, nascido 11/04/2002, possuindo maus antecedentes, foi denunciado pelo delito previsto no artigo 155, § 4º, III do CP, pois no dia 09/03/2021 teria adentrado no interior da residência de Ana, utilizando uma chave falsa, e subtraído a quantia de R\$ 800,00 reais. A vítima não se encontrava no local. Paulo confessou o crime em sede policial, mas em juízo se retratou. Afirmou que escolheu a vítima porque era sua vizinha e conhecia sua rotina. Regularmente processado, ao final foi condenado à pena de 02 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime aberto, pena privativa de liberdade substituída por duas penas restritivas de direito. Para fundamentar a condenação, o juiz se baseou exclusivamente em seu depoimento prestado em sede policial. A pena-base foi fixada acima do mínimo, em 1/6, em face dos maus antecedentes, e nada mais foi considerado pelo magistrado, se tornando então definitiva. Considerando apenas os dados narrados no enunciado, responda:

A) No tocante à fixação da pena, e eventual recurso a ser apresentado pela defesa de Paulo, qual(is) a(s) tese(s) de direito material poderia(m) ser alegada(s)? Fundamente e justifique sua resposta. (Valor: 0,65)

B) Em relação ao mérito da ação penal, qual a tese jurídica poderia ser alegada em eventual recurso a ser apresentado? Fundamente e justifique sua resposta. (Valor: 0,60)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 4

Solange, tecnicamente primária e com endereço fixo, foi identificada, a partir de câmeras de segurança, como autora de um crime de furto simples, ocorrido em 20/06/2021 na loja “chique e brega”. Instaurado inquérito policial, Solange foi ouvida e negou os fatos. As 2 (duas) funcionárias do estabelecimento foram ouvidas e afirmaram que Solange, que se encontrava solta, já teria praticado delitos semelhantes, no mesmo local, em outras ocasiões, bem como teria passado, posteriormente aos fatos, em frente ao estabelecimento “encarando” as funcionárias e dizendo: “x9 acorda com a boca cheia de formiga”. Remetido os autos para o juízo competente, ao tomar conhecimento dos fatos e com o intuito de proteger as funcionárias, decretou, de ofício, a prisão preventiva de Solange. Requerimento de liberdade foi indeferido pelo juiz. Impetrado habeas corpus, em julgamento pela 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado X, por unanimidade, denegaram a ordem. A defesa foi intimada do acórdão em 19/10/2021 (terça-feira). Considerando apenas os dados narrados no enunciado, responda:

A) Qual a medida judicial poderá ser adotada pelo(a) advogado (a) de Solange, nesta fase processual? Qual o órgão competente para seu julgamento? Qual o último dia do prazo para sua apresentação? Fundamente e justifique sua resposta. (Valor: 0,60)

B) Qual(is) a(s) tese(s) jurídica(s) poderia(m) ser apresentada(s) em favor de Solange? Fundamente e justifique sua resposta. (Valor: 0,65)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	

17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

Assinatura OAB: até a aprovação

<http://bit.ly/Assinatura-OAB>